



SINA

Sindicato Nacional dos Aeroportuários **CUT**

em Revista



1º de maio - Dia Mundial dos Trabalhadores e data-base dos aeroportuários do Brasil



Paridade Já!



Liberdade + Autonomia
se constrói com Igualdade

Sina em Revista é uma publicação do Sindicato Nacional dos Aeroportuários

www.sina.org.br - (11) 2440-6622

Presidente

Francisco Luiz X. de Lemos - SBGR

Secretário Geral

Célio Alberto B. de Lima - SBPV

Secretário de Adm. e Finanças

Samuel José dos Santos - SBMO

Secretário de Imprensa

Ademir Lima de Oliveira - SBJR

Secretário Jurídico

Marcelo Tavares de Moura - SBGR

Secretário de Formação

Francisco Hélio de Barros - SBAT

Secretário de Saúde

Marco Antônio C. Guimarães - SBBE

Conselho de Comunicação

Francisco Lemos, Ademir Oliveira e Leandro Pinheiro

Jornalista Responsável

Kalinka Kaminski - 10182/RS
comunicasina@gmail.com

Tiragem: 20.000 exemplares

Finalizado em: 22/05/2015

Distribuição nacional. O conteúdo desse informativo é de inteira responsabilidade da direção deste Sindicato.



facebook.com/sina.sindicato



youtube.com/canalsina



twitter.com/sinasindicato



www.sina.org.br/faleconosco



- 06** Fiscais de pátio correm perigo
- 07** Aeroportuários dizem não à escala em GRU
- 08** Data-base 2015 começa com aprovação de pautas
- 10** Reestruturação da Infraero é decisão retrógrada e unilateral
- 15** Governo aposta na Aviação Regional
- 17** Aeroportuários dizem não ao plano de concessões da SAC
- 18** Concessionárias são investigadas
- 19** Trabalhadores vão às ruas em todo o país contra o PL 4330 da Terceirização
- 20** Sindicato batalha em várias frentes para garantir pagamento do adicional de periculosidade
- 21** Avança na Justiça ação pela progressão especial

ENTIDADES PARCEIRAS



sumário



Ag. Câmara

Direitos dos trabalhadores x interesses da elite: é esse o jogo

Por Paulo Cayres*

Desde que a democracia foi restabelecida, nunca houve um clima tão pesado em nosso país, com o acirramento do embate entre os interesses da burguesia e os direitos dos trabalhadores e da população. É isso o que está em jogo: os interesses dos ricos contra os direitos dos brasileiros.

Ao longo da história, já houve ciclos parecidos, quando as forças do capital (com o apoio de países imperialistas e das grandes corporações) jogaram pesado para impedir o avanço das agendas trabalhistas e populares. E os resultados não foram nada bons para os trabalhadores e as classes menos favorecidas no Brasil: suas vozes foram caladas e os direitos massacrados.

Hoje, de novo a direita e a burguesia não engolem os direitos conquistados pela classe trabalhadora e a ascensão social dos pobres, com o projeto de governo iniciado a partir da eleição de 2002. Isso está ferindo os interesses dos mais abastados, que não se conformam, por exemplo, em ter de cumprir a lei que determinou direitos para 7,5 milhões de trabalhadoras domésticas e não poder mais ter “vassalos” à disposição 24 horas por dia.

A burguesia não se conforma em perder a “exclusividade” e ter de dividir espaços – como aeroportos, aviões, shoppings e até universidades – com quem considera cidadãos de “nível inferior”.

Neste momento, mais uma vez estamos vendo que ninguém mexe nos interesses dos ricos “impunemente”. O resultado é essa onda de ataques desferidos contra partidos de esquerda, contra sindicatos, contra nordestinos e contra todo e qualquer programa social que faça a elite abrir mão (ainda que minimamente) de privilégios exclusivos.

Em 2015, particularmente, os ataques têm se acentuado e, pior, disseminado o ódio entre parte daqueles que conseguiram melhorar de vida graças aos programas e às medidas de inclusão social dos últimos anos. A elite tem usado de astúcia e está “terceirizando” o ódio e, por meio da manipulação da mídia, faz com que parcela daqueles que ascenderam socialmente nos últimos anos se volte contra suas próprias conquistas.

A burguesia e os meios de comunicação aliados a ela

continuam com a sórdida campanha de resgate da sua “exclusividade”. Qual o interesse por trás da tentativa de minar a Petrobras, por exemplo? É dar de bandeja o petróleo e o pré-sal para as companhias privadas, entregando a soberania do Brasil para os grandes grupos financeiros apoiados pelos países ricos.

A Petrobras não é corrupta. Seus trabalhadores não são corruptos e defendem a punição exemplar dos culpados pelo desvio de recursos, para que a empresa cresça ainda mais. Por isso, é preciso cautela para não “comprar” a proposta de privatização, que é o principal objetivo desse ataque continuado à estatal e que, não por acaso, acontece quando o pré-sal chega à marca de 824 mil barris por dia. Isso está mexendo com os interesses dos EUA (maior consumidor mundial de petróleo) e das grandes multinacionais, que não podem lucrar com as riquezas brasileiras.

Os trabalhadores e a imensa maioria da população sempre quiseram acabar com a corrupção histórica em nosso país (que começou com os portugueses querendo corromper os índios, ao desembarcarem aqui em 1500), porque foram os grandes prejudicados por essa longa sangria de recursos públicos. Defendemos a punição exemplar de TODOS os culpados pela corrupção.

E neste momento temos, acima de tudo, de lutar para que a justiça deixe de ser seletiva e para não comprar o discurso de ódio contra quem sempre batalhou de fato pelo nosso país e pela inclusão social nas cidades, no campo, nas fábricas, nas escolas. Quem está semeando a discórdia e o ódio é a mesma elite que sempre considerou o Brasil o seu quintal e os trabalhadores seus vassalos. É a elite que já foi escravocrata e que não quer romper os elos das correntes que amarram as classes sociais menos favorecidas.

Sabemos o que está em jogo nesta onda de ataques por parte da elite econômica e política brasileira. Por isso, precisamos ir às ruas para defender a Petrobras e os direitos da classe trabalhadora, em nome de nosso compromisso com a democracia e com o Brasil.

* Presidente da CNM/CUT (Confederação Nac. Metalúrgicos da CUT)



CNM/CUT



A luta aeroportuária continua

Partindo do princípio da eterna luta do rochedo contra o mar, a luta de uma categoria de trabalhadores é eterna, por que é evidente que o interesse do capital e do trabalho são conflitantes. O que nós, trabalhadores, não admitimos é sermos passados para trás, ou tratados como idiotas. Há conquistas para ambos os lados, mas a parte que nos cabe de avanços foi adquirida com muita luta no combate à injustiça social.

No momento em que vivemos, onde o mundo passa por uma crise de identidade de norte econômico e social, esse cenário atrelado a novas tecnologias, principalmente de comunicação rápida e de massa, faz com que nós, sindicalistas, sejamos mais objetivos, práticos e incansáveis, sempre na luta para garantir o que já temos e ampliar direitos, por respeito e remuneração digna para a classe trabalhadora.

No Brasil, nas últimas eleições, a população elegeu um Congresso Nacional composto por muitos deputados e senadores extremamente nocivos para a classe trabalhadora, descaradamente comprometidos com o empresariado inescrupuloso. A PL 4330, que trata da regulamentação da tercerização, pode ser o princípio do fim dos direitos trabalhistas no Brasil. O projeto de lei conta com o apoio, além desses parlamentares, de sindicalistas corrompidos pelo capital. A população, na sua grande maioria, não percebe o perigo que corremos, inclusive o de deixar uma herança maldita para nossos filhos e netos, que no futuro nos condenarão caso não tenhamos a capacidade de combater a deteriorização dos direitos trabalhistas no país.

Brasil, Itália, Argentina e outras poucas nações gozam de amparo legal ao trabalhador. Na grande maioria dos países, não há uma legislação desse tipo. A globalização trouxe empresários estrangeiros ávidos para investir e ganhar lucros exorbitantes no Brasil, e nossa legislação trabalhista é um grande empecilho para esses abutres, que usam como arma a cooptação do Congresso. Também prostíbem a

Por Francisco Lemos, presidente do Sina



Divulgação/Sina

mídia brasileira, que publica matérias a favor desse modelo, dividindo opiniões, fazendo lavagem cerebral, colocando uma cortina de fumaça nos olhos do povo.

O governo federal, por sua vez, vive uma crise de condução, de diálogos, de articulação política que nos deixa ainda mais preocupados. A exemplo disso citamos o programa de privatizações e concessões, que continua na pauta do governo, claramente para atender os interesses do capital, principalmente na área de infraestrutura e transporte. A Copa do Mundo em 2014 nos deu uma nítida dimensão de que estamos preparados com a estrutura que temos para atender muito bem o transporte de massa. Portanto, a política proposta atualmente pelo governo federal é neoliberal, nociva e conflitante com qualquer política social no mundo. A ausência do Estado ou a diminuição da sua responsabilidade dentro de atividades estratégicas de um país só pode ser chamada de política da covardia.

Fiscais de pátio estão em perigo devido à sobrecarga de trabalho

O Aeroporto Afonso Pena, em Curitiba (PR), está com o efetivo operacional defasado. Os trabalhadores avaliam que seriam necessários 60 fiscais de pátio para garantir a segurança operacional do terminal, mas há apenas 23 atuando, dentre eles oito aposentados e inscritos no Plano de Demissão Voluntária.

Devido às férias, intervalos e escalas, há momentos em que apenas um fiscal de pátio precisa dar conta da operação do Aeroporto, incluso na categoria especial, com uma média de 6,5 mil voos mensais. Não existe nenhuma expectativa de contratações, pois não há previsão de concurso público, ou concurso válido.

Para tentar suprir a demanda, aeroportuários que atuam como encarregados de pátio, de COA (Central de Operações) e supervisores estão deixando de realizar o intervalo intrajornada e de atuar em suas funções específicas para dar conta das tarefas dos fiscais de pátio. Também não há local apropriado para refeições e descanso noturno, ambas situações já denunciadas pelo Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) à Infraero desde 2014. A estatal, contudo, mantém-se de olhos fechados para esses problemas.



Fiscal de pátio em treinamento no Aeroporto de Manaus (Divulgação/Infraero)

A precariedade das condições de trabalho dos fiscais de pátio em Curitiba culminou com um grave acidente, em 6 de março, envolvendo um aeroportuário com mais de trinta anos de casa que foi atropelado e está na UTI. O Sina vai acompanhar as investigações do acidente que serão realizadas pela CIPA (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes).

O Sindicato também está exigindo da Infraero providências urgentes, pois nem diante desse acidente de trabalho a empresa tomou medidas efetivas para ampliar o quadro de funcionários e garantir a segurança do trabalho. Uma alternativa seria transferir aeroportuários de localidades onde a demanda está menor para os aeroportos onde há sobrecarga de trabalho. Enquanto medidas não forem tomadas nesse sentido, os fiscais de pátio correm perigo.

Sina e Anpinfra firmam termo de cooperação

O Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) firmou, em Brasília, em 20 de dezembro de 2014, um termo de filiação e cooperação técnica junto à Associação dos Procuradores da Infraero (Anpinfra). “O convênio representa mais um grande passo na concretização e afirmação da unidade da categoria aeroportuária”, ressalta a direção do Sina.



Assinatura do convênio de cooperação (Divulgação/Sina)

Aeroportuários dizem não à escala proposta pela GRU Airport

O Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) realizou assembleia com os trabalhadores do Aeroporto Internacional de Guarulhos, em 7 de março, para deliberar sobre a proposta da concessionária em relação às escalas de revezamento. Na assembleia, os 188 aeroportuários presentes rejeitaram a proposta da empresa, por unanimidade. Eles defenderam que uma proposta alternativa seja negociada com a GRU Airport pelo Sindicato.

A empresa pretendia renovar o acordo das escalas na configuração

4x1 mais 4x2 (quatro dias de trabalho por um dia de folga e, na sequência, quatro dias de trabalho por dois dias de folga) com jornada de 7h20min.

Os trabalhadores consideram muito desgastante essa escala e propõem uma escala de 4x2 (com jornada de 7h20min), ou de 3x2 (com jornada de 8h), sendo essa última a escala praticada na maioria dos aeroportos do país.

O Sindicato já encaminhou ofício à concessionária informando a decisão da categoria e aguarda o agendamento de reunião.



Divulgação/Sina

Aeroportuários rejeitam proposta para escalas de revezamento da GRU Airport

Categorias da aviação definem estratégias de luta

A Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil (Fentac/CUT) realizou uma oficina de planejamento, nos dias 2 e 3 de março, em São Paulo. No encontro, foi traçado o plano de ação da entidade para os próximos dois anos. A atividade reuniu representantes sindicais das três categorias da aviação: aeroportuários, aeronautas e aeroviários. A direção do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) participou da oficina e debateu temas como aposentadoria especial, terceirizações, saúde e segurança do Trabalho. O Sina é filiado à Fentac/CUT, que é uma entidade orgânica à Central Única dos Trabalhadores (CUT).



Divulgação/Fentac

O diretor do Sina Samuel Santos (à esq.) durante a oficina

DILMA VAI OUVIR OS TRABALHADORES AEROPORTUÁRIOS NEM QUE A VACA TUSSA

Aerportuários iniciam campanha, na luta por aumento e garantia dos direitos trabalhistas

Garantir aumento e a manutenção de todos os direitos conquistados com décadas de luta. É com esses objetivos que os aerportuários dão início à campanha salarial da categoria junto à Infraero e concessionárias dos aeroportos privatizados. Os aerportuários não aceitam achatamento salarial, nem na Infraero, que vive em crise desde a venda dos seus principais aeroportos à iniciativa privada, nem nas concessionárias, diante do excelente crescimento do setor.

As negociações salariais entre o Sindicato Nacional dos Aerportuários (Sina), representando a categoria, a Infraero e as concessionárias dos aeroportos privatizados (Galeão, Confins, Guarulhos, Brasília, Viracopos, São Gonçalo do Amarante) têm início em maio, após a aprovação da pauta pelos trabalhadores, em 73 assembleias realizadas no país, nos dias 17 a 24 de março e 10 de abril deste ano. Com as assembleias, tem início o processo de mobilização dos trabalhadores, visando a defesa da pauta aprovada, na luta por 15% de aumento (9,52% de recomposição salarial mais 5% por produtividade), a partir de 1º de maio de 2015.

O objetivo da campanha é renovar os acordos coletivos de trabalho (ACTs) firmados com as administradoras aerportuárias, recuperando o valor dos salários e demais benefícios econômicos desde a última data-base (1º/05/2014).

A situação financeira da





Em 2011, o movimento sindical cutista realiza protesto no Aeroporto de Guarulhos contra a privatização dos terminais da Rede Infraero (Divulgação/Sina)

**REIVINDICAÇÕES
DA CAMPANHA**

AUMENTO SALARIAL DE 15%

9,52% PARA A RECOMPOSIÇÃO DAS PERDAS COM A INFLAÇÃO

MAIS 5% DE PRODUTIVIDADE

REAJUSTE DE 15% SOBRE OS PISOS E DEMAIS ITENS ECONÔMICOS

Infraero exigirá muita habilidade de negociação por parte dos trabalhadores, destaca o presidente do Sina, Francisco Lemos. “O caixa do governo vive uma crise, e isso nós temos consciência, mas não cabe ao trabalhador pagar essa conta”, afirma.

Luta conjunta com outras categorias do setor público

O Sina quer reunir os sindicatos de eletricitários, petroleiros, dos funcionários do Banco do Brasil, Correios e Caixa Econômica Federal, para uma atuação articulada junto ao Ministério do Planejamento, em defesa dos direitos dos trabalhadores. Isto por que o ajuste fiscal do governo pode endurecer ainda mais as negociações salariais do funcionalismo público. O clima de “crise econômica” prejudica

também as negociações com as concessionárias.

Uma greve nos aeroportos nunca está descartada e, se ocorrer, é bem possível que haja um enfrentamento com a Justiça. Isto porque o direito de greve vem sofrendo ataques cada vez maiores, com decisões que na prática impedem as greves de muitas categorias, especialmente em serviços essenciais, através da imposição de multas altíssimas e da exigência de até 90% dos trabalhadores em serviço.

“A luta vai ser bem intensa e devemos estar atentos para não fazer como algumas categorias, que ao invés de ganhar, perderam direitos já conquistados. Precisamos de maturidade e pulso firme para discutir nossa data-base com o patrão, seja ele da iniciativa privada ou o governo”, destaca Lemos.

A concessão de novos aeroportos da Infraero à iniciativa

privada, já havendo confirmação da intenção do governo em relação aos aeroportos de Porto Alegre, Salvador e Florianópolis, será outro desafio a ser enfrentado pelos aeroportuários este ano. O leilão para a concessão desses três terminais está previsto para acontecer ainda em 2015, mas na mira do governo estão outros 15 aeroportos que podem ser concedidos neste mandato, segundo declarações do ministro da Secretaria de Aviação Civil, Eliseu Padilha (PMDB-RS).

Será uma campanha para garantir reposição da inflação e aumento salarial, mas também para defender publicamente a manutenção da Rede Infraero, lutar pelos postos de trabalho, para que a Infraero não seja fatiada e entregue aos pedaços à iniciativa privada como pretende o governo federal. As pautas da campanha, na íntegra, estão no site do Sindicato: www.sina.org.br.



Reestruturação da Infraero: decisão retrógrada e unilateral



Divulgação/Sina

Célio Barros, secretário-geral do Sina, durante Congresso em 2014

O Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) está na luta para reverter a reestruturação da Infraero, implementada pela segunda vez em março deste ano. O Sindicato já enviou ofícios ao ministro da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Eliseu Padilha, ao secretário-geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, e ao presidente do Conselho de Administração da Infraero, Guilherme Ramalho.

O Sina entende que o plano de reestruturação irá causar sérios prejuízos à aviação brasileira e significa um retrocesso para a estatal, com a centralização das decisões na sede e o aniquilamento

das superintendências regionais. O alerta é feito pelo representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da Infraero e secretário-geral do Sina, Célio Barros. As críticas e alternativas dos trabalhadores ao plano de reestruturação foram encaminhadas por Célio, em ofício, ao Sindicato, para que a entidade intensifique a cobrança junto ao governo por uma participação efetiva dos trabalhadores nesse processo.

O Sina vem lutando há meses para ampliar a presença dos trabalhadores na tomada de decisões da estatal, diante do desgaste provocado pela

reestruturação. “Gostaríamos de ser mais ouvidos na reestruturação e que a Infraero tivesse cautela, para que a gente pudesse saber se este é realmente o melhor caminho nesse cenário novo que estamos vivendo”, afirma o presidente do Sindicato, Francisco Lemos.

Esta é a segunda reestruturação que a Infraero implementa nos últimos três anos. O fracasso da primeira, cujas propostas eram semelhantes às de agora, revela que o caminho escolhido pela direção da Infraero, mais uma vez, pode resultar em prejuízo nas atividades aeroportuárias e nas condições de trabalho.

“Entendo que o projeto é maléfico, com consequências danosas na vida profissional de muitos aeroportuários”, afirma Célio. A primeira tentativa de reestruturação da estatal aconteceu em 2009 e previa a extinção de 50% da estrutura das superintendências regionais ligadas à sede e a fusão de outras. As regionais Norte, em Belém, e Noroeste, em Manaus, foram interligadas na época, e os resultados foram negativos na avaliação do conselheiro. Sem um prognóstico claro e objetivo, a reestruturação foi interrompida seis meses depois, gerando um



grande prejuízo financeiro para a estatal, destaca Célio.

Agora, o objetivo é transformar todas as regionais em centros de suporte técnico, concentrando as decisões na sede da Infraero, em Brasília, e extinguindo funções. “Será uma catástrofe em um país de dimensões continentais optar por um modelo extremamente centralizado, exterminando as superintendências. Os trabalhadores estão desmotivados e desnorteados com essa decisão. A grande maioria dos aeroportos ainda não foi devidamente estruturada no que diz respeito à independência na gestão de todos os seus processos”, afirma.

Célio entende que a estatal não está preparada para essas mudanças e que elas se contrapõem às propostas do governo de fomentar a aviação regional no país, tendo a Infraero como protagonista.

“A exclusão do papel das regionais no sistema operacional, comercial, de segurança e administrativo dos aeroportos da rede enfraquecerá a política regional de crescimento da aviação e infraestrutura aeroportuária”, explica.

Para Célio, o funcionamento das regionais é imprescindível para a

expansão da aviação regional como propõe o governo.

Por outro lado, os trabalhadores apontam pontos de estrangulamento que deveriam ser enfrentados pela Infraero, como a terceirização da atividade-fim.

O conselheiro propõe que a estatal amplie a capacitação dos funcionários, modernize sua gestão, reverta a internacionalização de aeroportos que não atuam de fato como porta de entrada para o país, fomente a criação de novos aeroportos hubs como foco no turismo, busque o reajuste das tarifas defasadas e se contraponha às normas da Anac que elevam os custos do sistema aeroportuário.

Célio defende que a Infraero discuta a reestruturação com os trabalhadores e dê garantias de que essas mudanças a colocarão num patamar de maior eficiência.

O Sina propôs à Infraero que experimentasse suas propostas de reestruturação em um projeto piloto, em uma localidade, para depois ampliar as medidas para outras bases.

A entidade irá defender os aeroportuários que forem prejudicados com a reestruturação e está ingressando na Justiça para questioná-la.

GOVERNO QUER DIVIDIR INFRAERO EM TRÊS E BUSCA “SÓCIOS”



INFRAERO PARTICIPAÇÕES -

responsável pela gestão das participações da empresa nas sociedades de propósito específico que administram aeroportos concedidos ao setor privado.

INFRAERO NAVEGAÇÃO

AÉREA - ainda em estudo preliminar, prevê a separação dos serviços de navegação aérea para uma empresa própria, englobando a área das torres de controle, serviço de informação de voo e centros meteorológicos. Em 2015, a previsão é de que a Infraero arrecade R\$ 198 milhões nessa área. A estatal é responsável pela operação de 21 torres de controle e 12 controles de aproximação e dispõe de 1.851 funcionários nessa função. A coordenação dos serviços ligados ao controle do espaço aéreo é de responsabilidade do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea), órgão subordinado ao Comando da Aeronáutica.

INFRAERO SERVIÇOS -

destinada à prestação de serviços aeroportuários e consultoria, para buscar novos negócios nos mercados doméstico e internacional. O governo busca a parceria de um operador estrangeiro.

Sindicato participa de comissões paritárias na Infraero para garantir e ampliar direitos

A direção do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) participa de quatro comissões paritárias, criadas no último acordo de data-base com a Infraero, para discutir: Plano de Carreira Cargos e Salários (PCCS), plano de saúde complementar, Navegação Aérea e adicional noturno.



A revisão dos valores pagos a título de adicional noturno é mais uma iniciativa do Sina em defesa dos direitos dos trabalhadores.

A direção do Sindicato vem debatendo o assunto com a Infraero desde que verificou a possibilidade de pagamentos a menor para vários aeroportuários em todo o país, uma vez que a estatal realizava pagamentos de diferentes formas para trabalhadores que atuavam na mesma escala (de seis ou oito horas).

Ao detectar a possibilidade de diferença, o Sindicato reivindicou à estatal que realizasse perícia para confirmar ou descartar essa situação e está realizando uma perícia independente. O Sindicato também participa de uma comissão paritária, na qual trabalhadores e representantes da

empresa discutem o tema.

“A Infraero já mudou a sistemática de cálculo três vezes. Diante disso, a direção do Sindicato não teve alternativa senão contratar uma perícia independente e defender uma sistemática que assegure os direitos do trabalhador, o que talvez tenhamos que requerer na Justiça”, explica o presidente do Sina, Francisco Lemos.

A Infraero fez um levantamento dos valores pagos a título de adicional noturno, cujo relatório foi contestado pelo Sindicato. O Sina contratou um perito contábil judicial especializado em folha de pagamento que está finalizando um relatório independente. O perito iniciou a conferência dos valores em outubro de 2014. O objetivo desse trabalho é verificar se há diferença entre os pagamentos realizados pela Infraero e o que é devido aos trabalhadores.

Os cálculos são individualizados e por amostragem, e o profissional contratado tem amplo conhecimento na área. O relatório do perito será apresentado à Infraero pelo Sindicato, que reivindicará a correção de todo pagamento que for identificado

como menor do que o devido. “Somente diante do relatório teremos condições de sentar à mesa para discutir o tema com a Infraero e avançar nessa discussão. Se não houver avanço, o caminho será a Justiça do Trabalho”, completa Lemos.



53º Congresso da Ifatca, em Dubai

A Comissão paritária de Navegação Aérea foi criada com o objetivo de debater as demandas específicas dos aeroportuários que atuam nessas funções. Ela vem realizando encontros, estudos e saídas de campo para averiguar a situação dos profissionais de navegação aérea em seus postos de trabalho pelo país. Já houve visita da comissão aos terminais do Estado do Rio de Janeiro.

Na Navegação Aérea, o Sina é a única instituição brasileira



Reunião da comissão sobre o PCCS com aeroportuários da Navegação Aérea, no Aeroporto de Recife (Divulgação/Sina)

que representa os interesses dos trabalhadores em fórum internacional, ao integrar a Ifaima (<http://www.ifaima.org>) e a Ifatca (<http://www.ifatca.org>). A Ifatca é uma organização mundial que representa mais de 50 mil controladores de tráfego aéreo em 131 países, tendo reputação mundial entre todos os parceiros na gestão do tráfego aéreo, incluindo ICAO e Eurocontrol.

Já a Ifaima, Federação Internacional de Associações de Gestão de Informação Aeronáutica, é uma organização profissional mundial destinada à promoção da navegação aérea de forma segura e eficiente e para a proteção dos interesses profissionais coletivos do pessoal AIS/COM, considerando que AIM (Aeronautical Information Management e Aeronáutica Communications) promove e mantém um fluxo seguro e ordenado do tráfego aéreo em todo o mundo. Dentre as campanhas da organização estão, por exemplo, a criação de um sindicato em Bucareste, na Romênia, e a reintegração de lideranças sindicais e de outros 19 aeronautas da companhia

aérea Wizzair que participam dessa luta. As demissões foram uma resposta autoritária à união dos trabalhadores, visando a criação de um sindicato para lutar por direitos trabalhistas, como escala de trabalho, onze horas de intervalo entre os turnos e o cumprimento da regulamentação internacional.

O Sina também é filiado à Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes (ITF). O apoio mútuo entre as entidades sindicais de diferentes países amplia as forças da classe trabalhadora no mundo, em defesa de direitos e do cumprimento das normas para o setor.

LONDRINA - Recentemente, o representante do Sina no Aeroporto de Londrina (PR), Rogerio Varela, reivindicou a mudança de todo o pessoal da sala AIS para um local distante das obras do terminal, a fim de garantir condições de trabalho adequadas. Isto foi necessário pois, durante as obras de ampliação do setor, os profissionais de AIS estavam tendo que atender pilotos e telefonemas em meio ao barulho e poeira, numa temperatura de

37 graus. A reivindicação foi atendida pela Infraero. “Estamos atentos, nossa atuação sindical é permanente”, ressaltou o delegado sindical, profissional de Meteorologia há 24 anos e membro da Comissão Paritária de Navegação Aérea.

Plano de Carreira Cargos e Salários (PCCS)

Para debater com os trabalhadores o texto do novo Plano de Carreira Cargos e Salários (PCCS), a comissão paritária que discute o tema vem realizando reuniões em diversas dependências da Infraero, desde o início deste ano.

Com base nas discussões e nos dados que vem sendo constituídos pela equipe técnica da comissão, vem sendo criada a várias mãos uma nova proposta de PCCS para substituir o plano vigente da Infraero.

Em 13 de março, o Sina participou da reunião de apresentação e debate da nova proposta, realizada com os aeroportuários da navegação aérea do CSRF (Recife-PE).

Participaram das discussões o secretário-geral do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina), Célio Barros, o representante sindical do SBRF (Aeroporto Internacional de Recife), Leonardo Félix, o delegado sindical Flavio Henrique Cavalcanti, e o líder técnico do projeto na comissão paritária do PCCS, Marcus Dieterich, que apresentou e debateu a proposta.

O objetivo do encontro foi discutir os reflexos do novo PCCS na navegação aérea e responder aos questionamentos dos trabalhadores.

“A reunião informal ocorrida em Recife dá mais subsídios à formatação do PCCS global, no qual estará incluída a área de navegação aérea, e foi de grande importância para externar a preocupação do Sindicato com a navegação aérea, alinhar objetivos e ratificar nosso compromisso de

luta pela contemplação de toda categoria na implementação do novo projeto de PCCS”, destaca Francisco Lemos, presidente do Sina. “Ao final das apresentações da comissão pelo Brasil, as duas comissões (PCCS e navegação aérea) irão se reunir para debater um adendo ao projeto que atenda as ansiedades dos companheiros da navegação aérea”, explica.

Plano de Saúde (PAME)

O Sina também participa da comissão paritária que discute o plano de saúde complementar da Infraero. Com a criação da comissão, os aeroportuários conseguiram afastar o risco de perda de benefícios do plano vigente. Todas as regras atuais ficam valendo até que haja uma proposta construída dentro da comissão.

CONVÊNIO COM A POLÍCIA FEDERAL

O convênio entre Infraero e Polícia Federal tem sido bem avaliado. A PF está satisfeita com a atuação dos aeroportuários cedidos pela Infraero. O Sina, no entanto, entende que é importante normatizar as atividades. Para isso, o Sindicato reuniu-se em Brasília com a Superintendência nacional da PF e a Infraero.

Houve aumento de vagas do convênio em Campinas (+50) e Guarulhos (+120). A expectativa é de ampliação do convênio para os terminais do Galeão, Confins e Brasília.



Divulgação/Infraero

Infraero divulga os números de 2014

As dificuldades de caixa da Infraero são fruto da perda de 53% de suas receitas com a entrega dos seis aeroportos mais movimentados da sua rede à iniciativa privada (Brasília, Guarulhos, Viracopos, Galeão e Confins).

Com 12,6 mil funcionários, a empresa está recorrendo à demissão voluntária e à reestruturação para aumentar as receitas e manter as operações dos aeroportos.

A Infraero, desde as concessões, passou a depender de aportes da União. Em 2013, o Tesouro precisou injetar R\$ 2,5 bilhões na Infraero; em 2014, foram R\$ 1,7

bilhão; e, neste ano, há previsão de mais R\$ 1,9 bilhão. O governo arrecadou R\$ 2,6 bilhões com as concessões dos aeroportos. Desde então, as concessionárias já investiram R\$ 6,85 bilhões e ampliaram a capacidade dos terminais em 87%.

O relatório sobre o exercício de 2014 da Infraero já foi divulgado. Excluindo os terminais do Galeão e de Confins, foram 112,8 milhões de operações de embarque e desembarque, um número 6,5% maior que o registrado em 2013. Em pousos e decolagens, foram registrados 1,9 milhão de operações ante 2 milhões em 2013.

A receita bruta da Infraero somou R\$ 2,5 bilhões (+7,8% em relação a 2013). As despesas somaram R\$ 925,7 milhões (-0,8% em relação a 2013). O resultado operacional foi negativo em R\$ 267 milhões. O prejuízo, no entanto, foi menor que em 2013, na ordem de R\$ 379,5 milhões.

Em 2014, a Infraero investiu R\$ 2,2 bilhões na infraestrutura aeroportuária, sendo R\$ 1,4 bilhão em obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e R\$ 760,3 milhões na integralização do capital social das concessionárias dos aeroportos privatizados, nos quais detém 49% de participação.

Aviação Regional pode criar 120 mil novos postos de trabalho

Pelo menos 120 mil empregos diretos, indiretos e induzidos podem surgir com a implantação do programa da Aviação Regional, que quer ampliar a rede de aeroportos regionais no país para 270 terminais e prevê investimentos de mais de R\$ 7 bilhões. Desses, 55 já tiveram seus anteprojetos autorizados para adequarem-se para receber a aviação regular, segundo a Secretaria de Aviação Civil (SAC).

Do conjunto de postos de trabalho, 30 mil seriam postos imediatos para atender funções relacionadas à operação aeroportuária, como coordenação do terminal, manutenção, apoio administrativo e financeiro, bombeiros de aeródromo, segurança patrimonial, limpeza, profissionais de navegação aérea e agentes de proteção da aviação civil. Outros 90 mil seriam postos indiretos ou induzidos, que viriam para ampliar o quadro de funcionários das companhias aéreas (aeronautas e aeroviários), de serviços comerciais (restaurantes e lanchonetes, bancas de revistas, locadoras de carros, táxi) e órgãos públicos.

Atualmente, 77 aeroportos que fazem parte do programa têm operação comercial em curso.



www.copa2014.gov.br

Goveto investe suas fichas na criação de rede de aeroportos regionais

Segundo o Ministério do Planejamento, na área de Aeroportos, as obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) 2 ampliaram a capacidade de atendimento na aviação civil para 70 milhões de passageiros por ano, com a conclusão de 37 empreendimentos. Entre as obras concluídas estão: a reforma do TPS 2 do Galeão, a recuperação de pistas e pátios dos aeroportos de Foz do Iguaçu (PR) e Campo Grande (MS), e a construção do Terminal 4 em Guarulhos (SP).

Nos aeroportos regionais, foram concluídas 15 obras em 11

idades. O plano para fomentar a aviação regional está em fase de licença ambiental das obras de boa parte dos terminais. Segundo a SAC, serão licitadas, em 2015, obras em 30 desses aeroportos. Alguns, como os de Volta Redonda e Angra dos Reis, já estão com a licença ambiental.

O governo também tem que definir a regulamentação dos subsídios às rotas regionais, nas quais a União vai arcar com até metade dos assentos, no limite de 60. Os subsídios foram aprovados pelo Congresso Nacional em dezembro de 2014.

80 aeroportos serão reformados ou construídos na Amazônia

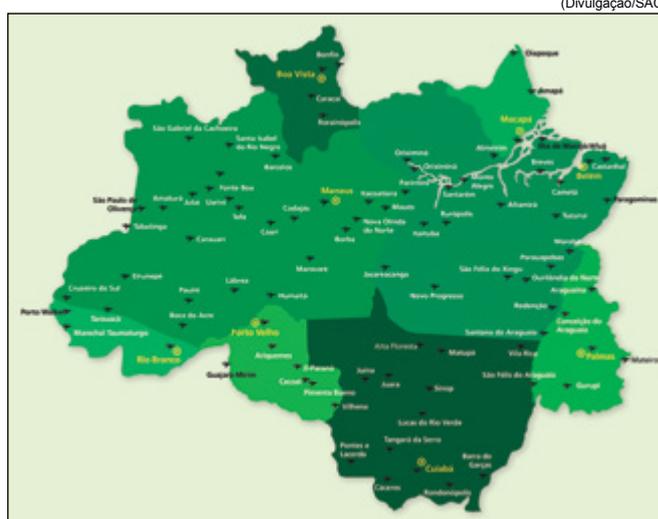
O governo federal irá investir R\$ 2 bilhões na construção ou reforma de 80 aeroportos regionais em oito estados da Amazônia: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Mato Grosso. A medida integra o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, cujo objetivo é deixar 96% da população brasileira a no máximo 100 km de distância de um terminal aeroportuário.

Os aeroportos foram escolhidos levando em consideração a dificuldade de acesso às localidades. Nove aeroportos serão construídos do zero, nos seguintes municípios: Codajás (AM), Jutai (AM), Maraã (AM), Uarini (AM), Cametá (PA), Ilha de Marajó (PA), Bonfim (RR), Rorainópolis (RR) e Mateiros (TO). Além de aproximar a população e conectar melhor o país, o programa de aviação

regional, criado em junho de 2013, pretende interiorizar o desenvolvimento econômico. Segundo dados da Anac, o Norte é a região onde menos se voa no Brasil.

Além disso, a Lei 14.097, aprovada em janeiro deste ano no Congresso Nacional, prevê subsídios para a aviação regional, cujos voos saem, em média, 31% mais caros por km que um voo entre capitais. O governo federal subsidiará parte dos custos de até 60 passageiros desses voos. A lei ainda precisa ser regulamentada.

O governo pretende ampliar o número de aeroportos regionais do País de 80 para 270 até 2018.



Para isso, serão investidos R\$ 7,3 bilhões em ampliação, reforma e construção dos novos terminais. Os recursos para investimentos virão do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), que recebe parte das tarifas aeroportuárias dos aeroportos concedidos à iniciativa privada.

Em que fase está o programa

A SAC já detém 163 estudos de viabilidade técnica e 159 estudos preliminares sobre aeroportos que participarão do plano de aviação regional. A expectativa é liberar em breve as licitações das obras de aeródromos, que dependem das licenças ambientais, sendo que 54 já estão em andamento.

O objetivo do programa é garantir a expansão da malha aérea visando a integração do território nacional, o desenvolvimento dos polos regionais, o fortalecimento dos centros de turismo e a garantia do acesso das comunidades isoladas à saúde e inclusão social.

Hoje, cerca de 80 dos 270 aeroportos do plano já operam aviação regular. O programa prevê adequação de pista, do terminal de passageiros, da torre de navegação aérea e da seção contra incêndio nos terminais.

Governo planeja leiloar outros 15 aeroportos da Infraero

Até 2018, quinze aeroportos brasileiros serão concedidos. O primeiro novo lote para leilão incluirá os aeroportos de Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e Salvador (BA). A afirmação foi feita pelo ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil (SAC), Eliseu Padilha (PMDB-RS), em 26 de março, durante evento do setor. “Tenho recebido em meu gabinete muitos interessados nas concessões. É um grande negócio. E onde não for viável a concessão, os aeroportos serão operados pela Infraero”, afirmou Padilha.

Os aeroportuários já se mobilizam para lutar contra a nova leva de concessões pretendida pelo governo federal. A categoria esperava do governo Dilma mais ações sociais, e não a privatização de outros terminais da Infraero. “Vamos fazer chegar ao governo nossa voz: chega de privatizações! Se era para tirar direitos dos trabalhadores e privatizar mais aeroportos, o candidato Aécio tinha mais legitimidade”, afirma o presidente do Sindicato Nacional dos Aeroportuários, Francisco Lemos.

A previsão é de que a União arrecade R\$ 2,6 bilhões em 2015 com as novas concessões. Os próximos aeroportos que estão na lista de concessões são os de Curitiba (PR), Recife (PE),

Fortaleza (CE), Goiânia (GO) e Vitória (ES). Os aeroportos de Manaus (AM), Congonhas (SP) e Santos Dumont (RJ) devem permanecer com a Infraero, para garantir receita à estatal. O terminal de Manaus também é importante para o governo implementar o plano da aviação regional. A SAC acredita que a não concessão desses três terminais somada à reestruturação, possibilitará à Infraero voltar a ser lucrativa e ter capacidade de investimento.

A SAC e o Ministério do Planejamento também querem “converter” a Infraero em três subsidiárias: Infraero Participações, Infraero Navegação Aérea e Infraero Serviços. As empresas “utilizarão” o quadro funcional e o know how da Infraero, a terceira maior operadora de aeroportos do mundo, que atualmente administra 60 aeroportos, 28 terminais de logística de carga e 72 Estações de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA).

www.copadomundodobrasil2014.com



Aeroportuários vão lutar contra privatização dos Aeroportos de Porto Alegre (acima), Salvador e Florianópolis (abaixo), os três na mira de um novo leilão do governo

www.copa2014.gov.br



wikipedia



Concessionárias de aeroportos são investigadas na operação Lava Jato

Algumas das empresas investigadas na operação Lava Jato estão ligadas às concessionárias que administram os seis aeroportos concedidos pelo governo federal. O abalo provocado pelas investigações, nessas empresas, pode prejudicar a modernização dos terminais.

As obras de adequação dos aeroportos de Viracopos, Galeão, Confins e Manaus estão sendo investigadas na operação Lava Jato, assim como a concessão estadual do Aeroporto de Feira de Santana, na Bahia, em 2012. Três dessas obras (Confins, Galeão e Manaus) estão na lista de 750 contratos apreendida com o doleiro Alberto Youssef.



Sócia da concessionária do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante, construtora Engevix é uma das investigadas

GRUPO OAS - sócio indireto como acionista da Invepar, que integra a concessionária GRU Airport, gestora do Aeroporto de Guarulhos (SP). O grupo pediu recuperação judicial e colocou à venda seus ativos na Invepar.

ENGEVIX - sócia da concessionária Inframérica, que administra os aeroportos de Brasília (DF) e São Gonçalo do Amarante (RN), colocou à venda sua participação nos aeroportos.

CAMARGO CORRÊA - participação indireta como acionista da CCR, integrante do consórcio do Aeroporto de Confins (MG). O grupo diz que a construtora não possui participação nas concessões.

UTC ENGENHARIA - sócia da concessionária do terminal de Viracopos (SP). O grupo UTC/Constran é alvo da Lava Jato e também adquiriu o Aeroporto de Feira de Santana (BA).

ODEBRECHT - A construtora é citada na Lava Jato. A Odebrecht Transport faz parte do consórcio do Aeroporto do Galeão (RJ).

REUNIÃO NA SAC

A direção do Sina reuniu-se com o novo ministro-chefe da SAC, Eliseu Padilha (PMDB-RS), em 21 de janeiro.

Na reunião, os sindicalistas afirmaram sua posição contrária à reestruturação da Infraero e às concessões de terminais aeroportuários. Também debateram o plano para a expansão da aviação regional e ressaltaram a importância do cumprimento do acordo de estabilidade para os aeroportuários da Infraero até dezembro de 2020.

Apesar da mobilização nacional, Câmara aprova texto base e emenda ao PL 4330



Divulgação/Sina

Aeroportuários, metalúrgicos e movimento sindical da cidade de Guarulhos realizam protesto no Aeroporto de Cumbica contra o PL 4330

A Câmara dos Deputados votou, em 22 de abril, a emenda ao Projeto de Lei 4330/04, da Terceirização. Com uma votação apertada (230 votos a favor e 203 contrários), a aprovação da emenda altera parte do texto base aprovado nos dias 8 e 15.

A emenda mantém a possibilidade de terceirização da atividade-fim, diminui de

24 para 12 meses a quarentena que o ex-empregado deve cumprir para que possa oferecer serviços como terceirizado. Prevê retenção na fonte de 20% da folha de pagamento e diminui o recolhimento antecipado do IRRF

de 1,5% para 1% para empresas de limpeza, conservação, segurança e vigilância.

Em relação à sindicalização, o texto prevê a filiação dos terceirizados ao mesmo sindicato da contratante apenas se ambas as empresas pertencerem à mesma categoria econômica. Além disso, retira a necessidade de se observar os acordos e

convenções coletivas de trabalho. Com isso, a emenda fragiliza a organização dos trabalhadores mais do que o texto-base já havia feito. Os deputados aprovaram também a responsabilidade solidária da contratante em



Gustavo Lima/Ag. Câmara

Eduardo Cunha, presidente da Câmara: a quem esse sujeito está a serviço? Dos trabalhadores, com certeza não é!

relação às obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada.

Desde que o presidente da Câmara, Eduardo Cunha, colocou em pauta a votação do PL 4330, a CUT e outras centrais iniciaram um movimento massivo em todo o país, com vários dias de protesto, para barrar a matéria.

As mobilizações nas ruas e nas redes sociais fizeram muitos deputados simpatizantes do projeto recuarem, e influenciaram a rejeição da terceirização da atividade-fim no serviço público, mas não impediram a aprovação do texto base e de várias emendas.

Após as votações na Câmara, o projeto segue para o Senado e precisa ser sancionado pela presidente da República para virar lei. Dessa forma, a mobilização dos trabalhadores brasileiros contra o PL 4330 continuará, a fim de barrar essas mudanças, que rasgam os direitos trabalhistas expressos na CLT.



Divulgação/Sina

Ato dos aeroportuários de Recife para a Av. de acesso ao aeroporto

Adicional é direito do trabalhador

O Sindicato está questionando a Infraero sobre a forma como vem conduzindo o cumprimento da Portaria 1885, que determinou o pagamento do adicional de periculosidade para os trabalhadores que atuam em função de segurança. O Sindicato apontou equívocos na interpretação da área de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) da Infraero.

O assunto vem sendo discutido pelo Sina junto ao diretor de Gestão da Infraero, Mauro Pacheco. Alguns trabalhadores já estão recebendo o adicional. Todavia, em final de março, os 240 aeroportuários que atuam **cedidos ao Departamento de Polícia Federal (DPF)** de Guarulhos e Campinas foram surpreendidos com o corte desse pagamento. A Infraero tomou a decisão contrariando a perícia realizada pela própria empresa, alegando que faria nova perícia e, se fosse o caso, pagaria o retroativo. O Sina encaminhou ofício ao presidente da Infraero, Gustavo do Vale, e ao diretor de gestão, Mauro Pacheco, em 26 de março, reivindicando a retomada imediata do pagamento.

“Se seguirmos nessa linha, todos os trabalhadores da Infraero que recebem qualquer tipo de adicional estão em risco, porque não se tira um direito do trabalhador, a não ser que esteja absolutamente justificada essa



Riscos nos terminais de carga geram adicional de periculosidade

decisão”, afirma o presidente do Sina, Francisco Lemos. O assunto será tema de reunião entre o Sindicato e a direção da Infraero nos próximos dias. “A empresa sabe que, caso necessário, o Sindicato entrará na Justiça em defesa dos trabalhadores, e que isso irá gerar um passivo trabalhista ainda maior para a Infraero, que já não goza de uma situação favorável, devido aos atos equivocados em sua gestão”, completa Lemos.

O Sindicato está na luta desde agosto de 2014, pela retomada do pagamento do adicional no **Aeroporto Internacional de Guarulhos**. O pagamento foi interrompido de forma abrupta pela GRU Airport.

Além do cumprimento da Portaria, o adicional é devido para todos que trabalham em atividade periculosa, como os aeroportuários que atuam nos **terminais de carga**, que tiveram o benefício cortado pela Infraero, apesar das perícias favoráveis ao pagamento.

Em 20 de fevereiro, no **Aeroporto Internacional de Viracopos**, em Campinas, 12 aeroportuários receberam pagamento referente ao processo movido desde 2006 pelo Sina, na 3ª Vara da Justiça do Trabalho de Campinas.

Desde março de 2014, 29 trabalhadores do Terminal de Cargas do **Aeroporto Afonso Pena** (Curitiba-PR) que atuam como conferentes já recebem o adicional, garantido na justiça. “A vitória representa a conquista de uma antiga e legítima reivindicação dos trabalhadores”, ressalta a delegada sindical Maria José de Menezes. Uma segunda ação, com outros aeroportuários, já está em andamento.

O Sina participou das discussões de elaboração da Portaria 1885, editada em dezembro de 2013. Desde então, segue na luta para garantir o adicional a todos os trabalhadores/as que atuam em função de segurança na Infraero e concessionárias.

Ação da Progressão Especial avança

O Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) move ação contra a Infraero, na 4ª Vara do Trabalho de Brasília (processo nº 0001630-32.2010.5.10.0004), pela incorporação da verba da progressão especial.

O Tribunal Superior do Trabalho confirmou a decisão do Tribunal Regional do Trabalho de Brasília, declarando procedente a reclamação trabalhista do Sina.

A ação se aplica, exclusivamente, para os aeroportuários que já haviam incorporado aos seus salários a progressão especial e foram destituídos do seu recebimento por ato administrativo da diretoria executiva da Infraero, em 27 de outubro de 2010. Isto por que a Justiça do Trabalho somente reconhece o direito à incorporação da gratificação àqueles que tenham recebido esses valores por mais de dez anos.

Em 11 de dezembro de 2014, o Sina requereu o cumprimento da tutela antecipada, para que a Infraero incluísse, na folha de pagamento dos substituídos, os valores da gratificação.

Em 20 de fevereiro, venceu o prazo para que a Infraero retomasse os pagamentos. A listagem dos trabalhadores foi apresentada no processo pelo Sina, constando todos os substituídos que recebiam a gratificação. “À progressão especial fizeram jus aqueles aeroportuários que

exerceram cargos em comissão por um período superior a três anos ininterruptos e tiveram a parcela destacada em sua remuneração”, explica o Dr. Maurício de Freitas. Em 10 de março de 2015, o juiz designou, em despacho, o perito contábil para a liquidação dos

valores, cujos cálculos devem ser apresentados em 60 dias a contar da sua intimação.

Após a retomada da progressão especial na folha, o próximo passo deverá ser o cálculo e pagamento do retroativo aos beneficiados com a ação.

Sindicato defende várias causas trabalhistas na Justiça



Agência Brasil

Já há manifestação favorável aos pedidos de correção do FGTS feitos pelos trabalhadores brasileiros junto à 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF)

A assessoria jurídica do Sindicato Nacional dos Aeroportuários defende, na Justiça, diversas ações em prol dos direitos dos aeroportuários, tanto na Infraero como nas concessionárias.

Além da ação pela progressão especial, há cerca de vinte processos por adicional de periculosidade, sete ações por atraso no pagamento de verbas rescisórias, dez por reintegração após demissão indevida, cinco por incorporação de função, três por representação sindical e outras cinco por diferenças salariais ou de horas extras. Há também mais de uma ação judicial buscando a correção do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço), reunindo milhares de aeroportuários.

Brasil prepara aeroportos para as Olimpíadas

A expectativa é de que os aeroportos brasileiros recebam três milhões de passageiros (400 mil estrangeiros) e delegações de 205 países durante as Olimpíadas e as Paralimpíadas do Rio, que começam em menos de 500 dias. Participarão dos jogos, ao longo de 156 dias, cerca de oito mil atletas.



O plano de ação envolve instituições públicas e privadas, incluindo nove aeroportos: Galeão, Santos Dumont, Guarulhos, Congonhas, Viracopos, Brasília, Confins, Manaus e Salvador.

O plano define como será o controle dos aeroportos, prioridades em pousos e decolagens, restrição pela defesa aérea e segurança operacional, disponibilidade de infraestrutura e efetivo, utilização do espaço aéreo e tipos de aeronaves autorizadas.

Cooperados aprovam as contas da Aerocred

A Aerocred (Cooperativa de Crédito Mútuo dos Empregados em Empresas Administradoras de Aeroportos) realizou assembleia para apreciação das contas da entidade, em 27 de março.

Tanto a prestação de contas de 2014, como a previsão orçamentária para este ano foram aprovadas por unanimidade pelos cooperados, que também elegeram novos membros para o Conselho Fiscal.

O objetivo da cooperativa, fundada em 2001, é incentivar a poupança e oportunizar aos aeroportuários linhas de créditos que permitam aos trabalhadores fugir dos juros abusivos do mercado bancário.



Divulgação/Sina

Sina visita áreas da BH Airport

Em 2 de abril, a direção do Sina realizou visita às áreas de trabalho dos fiscais de pátio e pista, do terminal de cargas, TPS 2, entre outras, no Aeroporto de Confins, administrado pela BH Airport.

A visita, realizada pelo diretor do Sina Leandro Pinheiro, foi acompanhada pelo diretor administrativo-financeiro da concessionária, Marcos Brandão, e pela diretora de gestão de Pessoas, Rossiana Oliveira. O Sina fiscalizou os locais e propôs mudanças, que serão analisadas. O Sindicato considerou positiva a iniciativa e a abertura de diálogo, visando a melhoria das condições de trabalho.



Divulgação/Sina



AEROCRED

Menores Taxas do Mercado

- ✓ Taxas a partir de 1,63%
- ✓ Com até 60 meses para pagar*



Cooperativa de Crédito Mútuo
dos Empregados em Empresas
Administradoras de Aeroportos

CAMPANHA PERMANENTE PELO COMBATE AO RACISMO

BASTA
de
RACISMO!
NO TRABALHO E NA VIDA

CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES



CONFEDERAÇÃO
NACIONAL DOS
METALÚRGICOS
CNM/CUT

CNE Brasil



CONFEDERAÇÃO NACIONAL
DOS TRABALHADORES EM
SEGURIDADE SOCIAL
CUT

contracs CUT
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS
TRABALHADORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS

CONTRAF CUT
Confederação Nacional dos Trabalhadores de Porto Francisco

FEENADADOS CUT
FEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EMPRESAS DE
PROCESSAMENTO DE DADOS, SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E SIMILARES

DILMA VAI OUVIR OS TRABALHADORES AEROPORTUÁRIOS NEM QUE A VACA TUSSA

**CHEGA DE
PRIVATIZAR
AEROPORTOS**

**AUMENTO SALARIAL
E GARANTIA DE
DIREITOS NA
INFRAERO E
CONCESSIONÁRIAS**

**REESTRUTURAÇÃO
OU FATIAMENTO
DA INFRAERO?**

**UNF
UNF
UNF**

Dilma afirmou em sua campanha que não mexeria nos direitos trabalhistas nem que a vaca tussa. Mas parece que a bovina contraiu pneumonia. Então, vamos curar essa vaca!

**NA LUTA POR MELHORES SALÁRIOS, PELOS
POSTOS DE TRABALHO E GARANTIA DE
DIREITOS PARA OS AEROPORTUÁRIOS DO BRASIL**



SINA

Sindicato Nacional dos Aeroportuários **CUT**

26 anos